

Arquivo e Educação: Relações do uso de documentos no Ensino Profissional e Tecnológico

Archive and Education: Relationships between the use of documents in Vocational and Technological Education

Archivo y Educación: Relaciones entre el uso de documentos en la Educación Profesional y Tecnológica

Recebido: 04/04/2022 | Revisado: 11/04/2022 | Aceito: 14/04/2022 | Publicado: 19/04/2022

Décio de Santana Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3997-4772>
Universidade Federal de Alagoas, Brasil
E-mail: decio.filhos@gmail.com

Fábio Francisco de Almeida Castilho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3281-612X>
Instituto Federal de Alagoas, Brasil
E-mail: fabio.castilho@ifal.edu.br

Resumo

O presente trabalho é resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas (ProfEPT/IFAL). Buscou compreender as relações entre educação e arquivo. Num primeiro momento, evidenciamos determinantes que impulsionam as relações entre educação e arquivo, de forma interdisciplinar, acrescenta-se diálogos com pesquisadores do ensino escolar de História, como Flávia Caimi, Pereira Neto e Circe Bittencourt. Em seguida, apresenta os arquivos em uma visão moderna, sob a luz da Arquivologia, traça-se a função social, espaço de atuação, conceitos e características. Por fim, há a construção de uma reflexão sobre o arquivo como espaço não formal de educação. Quanto ao procedimento metodológico, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Para isso, estabelece-se como fonte de coleta de dados a Revista Acervo, do Arquivo Nacional e os sítios eletrônicos de arquivos públicos, sendo uma instituição da esfera federal e duas estaduais. Conclui que o estudo apresentado contribui para a construção de um diálogo mais integrativo entre a Arquivologia e a Educação. Ainda, impulsiona transformações para essas áreas do conhecimento.

Palavras-chave: Ensino; Instituição arquivística; Educação profissional e tecnológica; Ensino escolar de história; Espaço não formal.

Abstract

The present work is the result of a master's research of the Professional Master's Program in Professional and Technological Education of the Federal Institute of Alagoas (ProfEPT/IFAL). It sought to understand the relationship between education and the archive. At first, we highlight determinants that drive the relationship between archive and education, in an interdisciplinary way, we add dialogues with researchers from the school teaching of History, such as Flávia Caimi, Pereira Neto and Circe Bittencourt. Then, it presents the archives in a modern view, under the light of Archivology, the social function, space of action, concepts and characteristics are traced. Finally, there is the construction of a reflection on the archive as a non-formal space of education. As for the methodological procedure, bibliographic research and document analysis are used. For this, the Revista Acervo, from the National Archives and the electronic public archives websites are established as a source of data collection, being one institution at the federal level and two at the state level. It concludes that the study presented contributes to the construction of a more integrative dialogue between Archival Science and Education. It also drives transformations in these areas of knowledge.

Keywords: Teaching; Archival institution; Professional and technological education; School teaching of history; Non-formal space.

Resumen

El presente trabajo es el resultado de una investigación de maestría del Programa de Maestría Profesional en Educación Profesional y Tecnológica del Instituto Federal de Alagoas (ProfEPT/IFAL). Se buscó comprender la relación entre la educación y el archivo. En un primer momento, destacamos determinantes que impulsan la relación entre archivo y educación, de manera interdisciplinar, agregamos diálogos con investigadores de la enseñanza escolar de la Historia, como Flávia Caimi, Pereira Neto y Circe Bittencourt. Luego, presenta los archivos en una mirada

moderna, a la luz de la Archivología, se rastrea la función social, espacio de acción, conceptos y características. Finalmente, se construye una reflexión sobre el archivo como espacio no formal de educación. En cuanto al procedimiento metodológico, se utiliza la investigación bibliográfica y el análisis documental. Para ello se establece como fuente de recolección de datos la Revista Acervo, del Archivo Nacional y los sitios web de los archivos públicos electrónicos, siendo una institución a nivel federal y dos a nivel estatal. Concluye que el estudio presentado contribuye para la construcción de un diálogo más integrador entre la Archivística y la Educación. También impulsa transformaciones en estas áreas del conocimiento.

Palabras clave: Enseñanza; Institución archivística; Educación profesional y tecnológica; Enseñanza escolar de la historia; Espacio no formal.

1. Introdução

Os arquivos públicos não possuem na sua origem o caráter educativo. Os serviços educativos em instituições arquivísticas foram trazidas das práticas dos museus. Esses passaram a realizar atividades para o público escolar visando a educação patrimonial. Assim, o serviço educativo é o mediador das instituições culturais (museus, bibliotecas e arquivos), apresenta o acervo a sociedade em geral e principalmente ao público escolar (Patrício, 2016).

López (2010) constata que a aproximação do público escolar, ensino fundamental e médio, com o arquivo é decorrente das novas concepções pedagógicas que propõem práticas mais experimentais e o conhecimento do contexto local como base para a aprendizagem da totalidade. É uma oposição ao ensino tradicional, que convertia o estudante em mero receptor de conteúdo. Ainda, com as concepções pedagógicas que estimulam a busca e o uso de ambientes educativos, recursos e fontes de informações diversas para aquisição de conhecimentos (Caimi, 2008).

Para ilustrar esse cenário, acrescenta-se como fatores a renovação da historiografia, na metade do século XX, com a contribuição da escola dos *Analles* e dos seguidores da Nova História.¹ Os estímulos para a aplicação de métodos interdisciplinares de aprendizagem e construção de conhecimento crítico da realidade.

Pode-se dizer também que, essa relação da educação com o arquivo, é impulsionada pelas mudanças socioeconômicas, uma vez que as relações sociais são produzidas e reproduzidas no âmbito da lógica do regime de produção capitalista. E a educação é um dos instrumentos deste regime econômico onde são repassadas as suas internalizações determinantes (Saviani, 1994).

No Brasil, entre os anos 1960 e 1970, a educação e a escola foram regidas pela lógica social e econômica do Estado Desenvolvimentista. Referenciada pela Teoria do Capital Humano, que estabelece que a educação é um capital que é benéfico para a vida profissional. Na década de 1980 ocorre uma mudança estrutural do capitalismo mundial e o Estado Desenvolvimentista é substituído pelo Estado Regulador. É o avanço da globalização e da ideologia do neoliberalismo. Nessa conjuntura, o Estado Regulador mantém o objetivo desenvolvimentista, no entanto, renúncia as atividades econômicas, somente mantendo a regulamentação das normas fundamentais e os equilíbrios sociais básicos. Dessa forma a lógica neoliberal incide sobre a escola, constatou Charlot (2016).

Charlot (2016) descreve como foi pensada a nova lógica neoliberal. Os trabalhadores e consumidores deveriam ter maior formação básica e qualificação, no que se refere a capacidade de produzirem mercadorias ou serviços; e para utilizá-los. Enquanto para a escola, pública e privada, essa lógica incidiu em sua própria organização. Ou seja, a sua qualidade é submetida a avaliação frequente. A sua gestão torna-se mais complexas, exige-se elaborar projetos, celebrar contratos, formar parcerias, colaborar com o desenvolvimento do meio local. E para os professores, cuja função era cumprir tarefas predefinidas, atribuída exclusivamente por um conjunto de normas e leis oficiais, é suprimida essa identidade. É incorporada como função do professor a solução de problemas, tendo que inovar, pedir conselhos, mobilizar recursos locais; buscar resolver os

¹Abarcaram em seus estudos históricos as mais diversas fontes, como a literatura, as imagens ou a cultura material. Este fator modificou o conceito de fontes históricas, que passaram a ser entendidas como vestígios, registros do passado ligados diretamente aos estudos, como o cotidiano, o imaginário, a alimentação, as tradições, entre outros. (Xavier, 2010, p. 1100).

problemas na sua classe.

Há ainda como destaque o processo de redemocratização no Brasil. Com a participação dos movimentos sociais e educadores demandando políticas públicas para a construção de uma sociedade mais justa e cidadã. Para essa sociedade desejada, buscou para as próximas gerações uma formação mais humana, com capacidade de compreender as questões sociais, culturais e econômicas do País.

Assim, na política de organização da educação brasileira, a LDB, tem como princípios o pluralismo de ideias e de concepções pedagógica; a valorização da experiência extraescolar; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Além disso, determina que a abrangência da educação são os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Por fim, para o ensino básico a sua finalidade é que os alunos adquiram o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Bem como, a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996).

No ponto de vista da arquivologia, apresenta-se a natureza de patrimônio cultural dos documentos. Um elemento construtor da identidade e memória local e nacional. Os arquivos, repositório da memória e espaço cultural, devem ser difundidos para a sociedade em geral para que sejam valorizados, preservados e respeitados. É essa característica cultural que possibilita a construção de uma imagem positiva dos arquivos perante a sociedade (Medina, 2016). Em outras palavras, desfaz estereótipos, por exemplo, de depósito de papel velho, de espaço pouco atrativo, sem dinâmica e somente para pesquisadores e curiosos. Além disso, é estratégico para que os arquivos ampliem a sua interação com a sociedade.

Essa função cultural das instituições arquivísticas não é recente. A sua compreensão temporal, remota a metade do século XIX. Têm dois marcos, sendo a primeira exposição de paleográficas e de selos nos *Archives Nationales*, em 1857 e a inauguração do *Museo del Archivo*, em 1867, ambos na França. Posteriormente, a partir do século XX, são desenvolvidos estudos teóricos, publicações e experiências profissionais sobre difusão cultural em arquivos (Medina, 2016).

Pode-se também creditar à reformulação da concepção de cultura e patrimônio que impacta na função dos arquivos públicos. É produzido um novo prisma sobre sua potencialidade educativa. Acrescenta-se a isso, os avanços das tecnologias da informação e comunicação, que são um atrativo para o público escolar, que têm provocado possibilidades.

Ademais, a UNESCO, em conjunto com os governos nacionais, impulsiona a organização e difusão dos arquivos públicos. Os governos devem garantir o acesso aos documentos e promovê-los a condição de patrimônio documental e da sociedade do conhecimento. Os objetivos da Organização é fomentar a circulação de ideias pautadas em documentos de arquivos e auxiliar com informação à educação, a ciência e a cultura (Guillén, 2008).

Concluindo, no plano das políticas educacionais do Brasil tínhamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e atualmente temos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, no conjunto de orientações e métodos didáticos para a disciplina de História, direciona o professor para o espaço do arquivo público. Coloca-se nesse cenário o reconhecimento do potencial de uso dos acervos custodiados pelas instituições arquivísticas para o ensino.

Os arquivos públicos têm a responsabilidade sociocultural de preservar e disponibilizar o acesso aos documentos sob sua guarda para toda a sociedade. Como ressalta Bellotto (2014, p. 10) quanto à finalidade esta “não é outra senão a de oferecer serviços à sociedade”, mediante ao uso das informações registradas nos documentos sob a sua custódia.

Marinho Júnior e Silva (1998) destacam que a instituição arquivística é a junção de patrimônio documental, direitos dos cidadãos e informação. Apontam que o arquivo público deve atender as múltiplas demandas, individuais e coletivas, do meio ao qual pertence, democratizando o acesso aos dados contidos em seus acervos.

Retornando as análises de Marinho Júnior e Silva (1998), os arquivos públicos do Brasil são vistos como um lugar

pertencente aos profissionais da área de História, dentre alguns outros poucos, como estudiosos e curiosos. Essa evidência acentua o distanciamento dos cidadãos em geral. Além disso, expõe a necessidade da presença de um público mais amplo, de buscar a aproximação com o público escolar e com demais representantes de segmentos sociais.

Portanto, as instituições arquivísticas são lugares de memória, de saberes e de possibilidades pedagógicas. O seu patrimônio documental deve ser utilizado para o desenvolvimento social. Isso é, ser um espaço de relações sociais amplas; estimular novas produções e abrir-se para a convivência da diversidade.

2. Metodologia

Nossa metodologia consistiu na realização de um levantamento bibliográfico (Galvão, 2010), contemplando a leitura e a análise de livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses e outros trabalhos científicos, que fazem a abordagem da temática objeto da presente pesquisa. O objetivo central desta etapa é construir o referencial teórico que demonstre a atualidade, relevância e pertinência do tema. Para tanto, optamos por uma revisão narrativa, buscando explicitar o aporte marxista da educação. A opção justifica-se, pois, os autores utilizados percebem a educação como principal forma de superação dos interesses do capital e refletem a construção de uma travessia para a formação humana integral (Moura, 2013).

Conforme Silva (2019), a revisão narrativa é especialmente indicada quando se procura avaliar questões específicas de pesquisa, por exemplo, a eficácia de políticas públicas adotadas por um determinado governo, ou os resultados decorrentes da adoção de uma prática gerencial em determinada firma. O rigor alcançado com essa prática favorece um mapeamento histórico e a visualização das principais transformações que ocorreram no desenvolvimento do tema estudado.

Como assinalam Marconi e Lakatos (1990), a pesquisa bibliográfica é uma seleção e análise detalhada dos principais estudos que poderão auxiliar na planificação do trabalho e orientar as indagações. Busca-se ter conhecimento referente ao problema, aos resultados de trabalhos concluídos e considerações prevaletentes sobre o assunto.

A pesquisa bibliográfica realizada auxiliou com informações que ampliaram o conhecimento acerca do tema em questão. Bem como, ocasionou encaminhamentos mais estruturados aos objetivos definidos, como o embasamento para a construção dos instrumentos de coleta de dados.

Á vista disso, o levantamento bibliográfico foi realizado na biblioteca da Universidade Federal de Alagoas; em *sites* especializados; acervo próprio e da bibliografia disponibilizada pelo programa do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

No que diz respeito às fontes secundárias, utilizaram-se artigos, dissertações e periódicos. Por fim, selecionou-se temas referentes à política afirmativa, desigualdade racial, escravidão, educação das relações étnico-raciais, ensino médio integrado, documentos de arquivo, ações educativas em arquivo, produtos educacionais e uso de documentos históricos.

Realizou-se análise documental, a qual é relevante para abordagem de dados qualitativos, (Ludke & André, 1986). Dessa forma, é considerado documento todo material escrito usado como fonte de informação (Phillips, 1974 apud Ludke e André, 1986). Essa técnica de coleta de dados é uma vantagem na pesquisa educacional, pois é de baixo custo, requer apenas disponibilidade de tempo e atenção para selecionar e analisar as fontes mais expressivas. Como também, permite a obtenção de dados quando a interação com os sujeitos pode alterar seu comportamento ou seus pontos de vista.

3. Resultados

No Brasil, a Lei de Arquivo, Lei n.º 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, define arquivo como

os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.

Ainda, os arquivos podem ser públicos ou privados. O termo arquivo público é utilizado para referir-se às instituições arquivísticas governamentais que recolhe, guarda, preserva e disponibiliza o acesso aos documentos produzidos pelo poder público. Desse modo, cita-se o Arquivo Nacional, o Arquivo Público de Alagoas (Brasil, 2011).

Diante da função social que a instituição deve exercer, os pesquisadores defendem que o arquivo público é fundamentado em três premissas, a) garantir o total acesso às informações dos documentos; b) exercer a guarda e a preservação da memória coletiva da sociedade a qual está inserida; c) elaborar instrumento de pesquisas para garantir a integridade física dos documentos e facilitar a consulta por parte dos usuários.

Além disso, a dimensão social das instituições arquivísticas está relacionada com o fato de a informação dos documentos de arquivo serem recursos à produção de bens materiais, simbólicos e de novos conhecimentos, como instrumento de apoio à decisão, como suporte defesa de interesses, como material para o ensino e aprendizagem e como possibilidade de emancipação da cidadania. Por último, essa função se relaciona com o direito à informação, que é a garantia do cidadão acessar os conteúdos informacionais dos documentos que poderão solucionar problemas cotidianos (Marinho Júnior & Silva, 1998).

Outro ponto a explicar é a compreensão das instituições de documentação existentes, para evitar confusão quanto a noção de arquivo, museu e biblioteca. Embora sejam instituições com a função de guarda e preservação do patrimônio cultural, diferem quanto aos objetivos, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 - Biblioteca X Arquivo.

BIBLIOTECA	ARQUIVO
GÊNERO DOS DOCUMENTOS	
Documentos impressos; Audiovisual; Cartográfico	Documentos textuais; Audiovisual; Cartográfico
ORIGEM	
Os documentos são produzidos e conservados com objetivos culturais	Os documentos são produzidos e preservados com objetivos funcionais.
AQUISIÇÃO OU CUSTÓDIA	
Os documentos são colecionados de fontes diversas, adquiridos por compra ou doação.	Os documentos não são de coleção; provêm das atividades públicas ou privadas, servidas pelo arquivo.
Os documentos existem em numerosos exemplares.	Os documentos são produzidos num único exemplar ou em limitado número de cópias.
A significação do acervo documental não depende da relação que os documentos tenham entre si.	Há uma significação orgânica entre os documentos.

Fonte: Schellenberg (2006).

Bellotto (2006, p. 38-39) também apresenta um estudo comparativo entre os órgãos de documentação existente. Sendo esse mais recente do que o estudo do arquivista Schellenberg. A pesquisadora acrescentou duas instituições, o museu e o centro de documentação.

Assim, a biblioteca é uma instituição colecionadora, cujos objetivos são culturais, técnicos e científicos. Já o arquivo é receptor. Seus objetivos são jurídicos, funcionais e administrativos; de forma secundária, culturais e de pesquisa histórica. Em relação ao museu, é também colecionador, cuja coleção é artificial. Como objetivos apresentam-se os educativos e culturais. Por último, o centro de documentação, o qual é colecionador ou referenciador e seus objetivos são essencialmente científicos.

Marinho Júnior e Silva (1998) enfatiza que conhecer a definição de documento é significativo para a assimilar a substância com a qual lidam os arquivos. O Arquivo Nacional apresenta um conceito amplo de documento,

é toda unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato, suscetível de ser utilizada para consulta, estudo, prova e pesquisa, por comprovar fatos, fenômenos, formas de vida e pensamentos do homem numa determinada época ou lugar (Brasil, 2011, p 10).

Dessa maneira, os documentos são fontes de informações para diversas áreas do conhecimento. São exemplos de documento, ofícios, fotografia, selos, medalhas, filmes, discos e fitas magnéticas. Estão atrelados a demandas informacionais dos cidadãos, de instituições, sociedades; permitem agir, decidir, provar direitos, a produzir conhecimentos e a representação da memória (Brasil, 2011).

Em relação ao conceito de documentos de arquivo ou documentos arquivísticos “são todos aqueles que, produzidos e/ou recebidos por pessoa física ou jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades, constituem elementos de prova ou de informação” (Brasil, 2011, p 10). Assim, o que determina um documento como sendo de arquivo é o motivo de sua produção ou a função para qual foram constituídos.

De acordo com a sua forma e conteúdo, os documentos de arquivo são classificados segundo os seguintes gêneros dispostos no Quadro 2.

Quadro 2 - Gêneros dos documentos arquivísticos.

GÊNEROS DOS DOCUMENTOS	
Textual	Documentos manuscritos, datilografados ou impressos. Exemplos: atas de reunião, decretos, cartas, relatórios, panfletos.
Cartográfico	Documentos contendo representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos. Exemplos: mapas, plantas, perfis.
Audiovisual	Documentos que contêm imagens, fixas ou em movimento, e registros sonoros. Exemplos: documentos iconográficos, filmográficos e sonoros.
Micrográfico	Documentos em microforma. Exemplos: rolo, microficha, jaqueta, cartão-janela.
Digitais	Documentos codificado em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de recursos computacionais. Por exemplo: textos, imagens fixas, imagens em movimento, páginas da rede mundial de computadores e bases de dados.
Eletrônico	Unidade de registro de informações codificadas de forma analógica ou em dígitos binários, acessível por meio de equipamento eletrônico. Exemplos: fitas videomagnéticas em formato VHS, páginas <i>web</i> .

Fonte: Brasil (2011, p. 12 -13).

As características básicas do documento arquivístico são: a) Não se considera uma coleção. Pois, o seu acúmulo ocorrerá naturalmente no decurso de uma função ou atividade-meio ou fim; b) É um elemento de prova, tem valor jurídico (Bernardes, 2008); c) O documento só tem valor informacional inserido no seu contexto de produção. O documento isolado do seu conjunto é uma informação incompleta; d) São preservados e custodiados sem adulteração, sua forma e conteúdo são apresentados como foram produzidos (Brasil, 2011).

Com efeito, na Arquivologia moderna os documentos arquivísticos cumprem um ciclo de vida, que é composto por três idades. A primeira idade é a do arquivo corrente, que são documentos de uso frequente. A segunda idade, arquivo intermediário, são documentos que foram transferidos do arquivo corrente e que serão pouco consultados. Esses arquivos

apresentam valor primário², ou seja, têm valor legal e probatório. Por último a terceira idade, o arquivo permanente, que é formada por documentos avaliados e considerados de valor cultural, histórico e científico, o qual é o foco deste estudo.

Nesse sentido, ressaltamos a compreensão da formação do acervo de uma instituição arquivística. O armazenamento não se dá pelo simples recebimento de documentos oriundos das unidades administrativas da gestão pública estadual, municipal ou federal.

4. Discussão

A orientação e procedimentos para o uso de documentos no ensino de História vem ocorrendo ao longo do tempo. Observa-se na História da Educação, a partir do século XX, como ilustrações em manuais e livros didáticos. Atualmente, após a revolução documental³ (Pereira, 2008), as mudanças estabelecidas são oriunda da nova concepção historiográfica e pedagógica, quanto a ressignificação de documentos, bem como, de construção de métodos didáticos (Caimi, 2008).

No período de 1980 a 1990, as transformações no ensino de História, no campo do saber escolar nacional, influenciada pela Nova História, foram pautadas, dentre outros propósitos, pela inserção de diversas linguagens de ensino, com o uso do cinema, da música, da imagem e dos documentos históricos. Além do mais, a realização de visitas a arquivos, museus, sítios arqueológicos e a valorização da história local (Caimi, 2008).

Nas aulas de História, o universo de material didático que tem sido aplicado é diversificado. É registrado um crescimento dado ao reconhecimento e surgimento de novas fontes históricas. Esses provenientes do progresso da Tecnologia de Informação e Comunicação. Logo, nesse espaço de materiais didáticos estão os filmes, recortes de jornais, revistas, mapas, jogos, dados estatísticos e tabelas.

Com isso, a definição atual de material didático, alinhada aos pressupostos da historiografia vigente, é o que apresenta Circe Bittencourt em seu livro *Ensino de História: fundamentos e métodos*.

Uma concepção mais ampla e atual parte do princípio de que os materiais didáticos são mediadores do processo de aquisição de conhecimento, bem com facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica de cada disciplina. (Bittencourt, 2018, p. 296).

Em continuação, no livro da historiadora apresenta dois grupos de materiais didáticos. O primeiro grupo é dos suportes informativos que, em sua essência, são elaborados para atender uma necessidade do saber escolar, exemplificando, são os livros didáticos, paradidáticos, dicionários, atlas, vídeos, jogos, videogames. Desse modo, na sua construção, possuem linguagem própria, prevalece critérios quanto a faixa etária, vocabulários e eixo pedagógico.

O segundo grupo são os documentos. Os quais são definidos como todo o conjunto de signos, visuais ou textuais. Sendo os contos, lendas, filmes de ficção ou documentários, músicas, poemas, cartas, leis e outros. Ou, qualquer vestígio do passado que se encontra presente na memória e nos materiais culturais que resistiram ao tempo (Pereira Neto, 2001).

A sua produção é para fins outros e em determinado momento poderá ser reconhecido o seu valor didático. Esses materiais didáticos em sala de aula serão adotadas para desenvolver habilidades de observação, problematização, análise, comparação, formulação de hipóteses, crítica, produção de síntese, reconhecimento de diferenças e semelhanças (Caimi, 2008). Condição essa que dependerá da postura do professor e da escola, respectivamente, quanto a concepção e a política pedagógica.

²A noção de valor primário está diretamente ligada à razão de ser de documentos e recobre exactamente a utilização dos documentos para fins administrativos (Rousseau & Couture, 2004, p. 117).

³A revolução documental dobrou o olhar da disciplina História para aspectos da vida social (Pereira, 2008, p.115).

Apesar de o livro ser o principal recurso de informação usado, em paralelo, deve-se recorrer aos documentos para ampliar o uso de informações mais críticas (López, 2010). No caso, o professor poderá utilizar de forma pedagógica as falhas de conteúdo dos livros. De forma que deverá ser mostrado aos estudantes que a informação que está no material didático é passível de uma apreciação crítica, de confronto com outras fontes de informação (Saviani, 2007). Logo, o documento de arquivo, que é uma fonte de informação, poderá contrapor com o livro. A sua análise crítica permitirá produzir um ganho para o método de ensino.

Para ampliar a compreensão, dentre outras finalidades de uso dos documentos, expõe mais uma forma de abordagem desse material mencionado pela professora Circe Bittencourt,

um documento pode servir como fonte de informação, explicitando uma situação histórica, reforçando a ação de determinados sujeitos, etc., ou pode servir ainda para introduzir o tema de estudo, assumindo neste caso a condição de situação-problema, para que o aluno identifique o objeto de estudo ou tema histórico a ser pesquisado (Bittercourt, 2018, p.330).

Flávia Caimi (2008) considera que o professor e os alunos são protagonistas na produção do conhecimento. Assim, quanto ao entendimento do uso de documento em sala de aula, deve ser assimilado que

o desafio é entendê-los como marcas do passado, portadores de indícios sobre situações vividas, que contêm saberes e significados que não estão dados, mas que precisam ser construídos com base em olhares, indagações e problemáticas colocadas pelo trabalho ativo e construtivo dos alunos, mediados pelo trabalho do professor. (Caimi, 2008, p.147).

O reconhecimento dos documentos de arquivo como material didático, no âmbito da política educacional brasileira, encontrava-se largamente desenvolvido nos PCNs. Especialmente seu direcionamento ao ensino de História. As Diretrizes estabeleciam que os documentos históricos são “as mais diversas obras humanas produzidas nos mais diferentes contextos sociais e com objetivos variados.” (Brasil, 1998). Portanto, pode-se citar obras de artes, relatos de viagem, leis, mapas, fotografias, vestimentas, edificações, textos literários. Atualmente, vigora como padrão do ensino de história no país a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que igualmente, reconhece a importância do uso de documentos no ensino.

Dessa forma, os Parâmetros consideravam que é valioso para o processo de ensino a possibilidade do professor

solicitar suas primeiras impressões, instigá-los no questionamento, confrontar com informações divergentes, destacar detalhes, socializar observações e criar um momento para que possam comparar suas ideias iniciais com as novas interpretações conquistadas ao longo do trabalho de análise. (Brasil, 1998).

Na análise de Caimi (2008) as orientações dos PCNs são posicionamentos que convergiam com os pressupostos teóricos e práticos da nova historiografia, onde vinculava-se o trabalho com fontes históricas à construção do conhecimento, bem como, estava amparada no objetivo de superar os métodos memorísticos. Avaliamos que a mesma preocupação norteou a BNCC e suas diretrizes.

Logo, o documento de arquivo, que são cartas, ofícios, fotografias, mapas, jornais, vídeos, vestígios do passado, são transformados em ferramentas psicopedagógicas (Xavier, 2010). São aliados no processo pedagógico auxiliando no ensino de matérias como história. Contribui para a melhoria da qualidade do ensino.

A introdução do documento no ensino escolar da história é um compromisso político. Assim, “exige que o professor esteja atento para a função social da escola e para o papel que o ensino da história pode desempenhar para a formação da cidadania” (Pereira Neto, 2001, p. 153).

Nesse seguimento, para romper com os métodos positivistas, a tradição do ensino depositário, pode-se trabalhar com documentos de arquivo para criar materiais didáticos mais atrativos. Estimular a participação ativa nas aulas, a curiosidade investigativa e o desejo pelo conhecimento histórico do aluno. (Pereira Neto, 2001).

Isto posto, identificadas orientações e incentivos na literatura da Educação, tanto no campo teórico-metodológico como nas suas políticas, o professor, consciente de sua responsabilidade social e educacional, deverá buscar aplicar, experimentar e recriar as suas práticas pedagógicas trabalhando com o documento arquivístico como um recurso didático. Toda essa ação alinhada ao desenvolvimento qualitativo do trabalho de ensinar e aprender.

No pensamento do chamado mundo global, no qual a característica principal é a velocidade que são disseminadas a informação e o conhecimento, Burnham (2000) entende que a reestruturação do capital, a transnacionalização da economia, as formas de distribuição (divisão) internacional da produção e do trabalho e a (re)organização dos processos produtivos, impõem o questionamento de valores como educação, representatividade, soberania nacional e cidadania.

À vista disso, são redimensionados os lugares tradicionais de produção do conhecimento para diferentes espaços socioculturais e econômicos. A escola, por exemplo, lugar tradicional da educação formal,

torna-se alvo de críticas de diversos grupos sociais que alegam não estar a mesma cumprindo o complexo papel que lhe foi consignado, incluindo a socialização do saber historicamente produzido, a construção pessoal do conhecimento, a formação para o trabalho e a produção de identidades coletivas, em especial a de indivíduos que, vivendo em sociedade, (con)formam a cidadania. (Burnham, 2000, p. 284).

Essa realidade determina que grupos sociais busquem alternativas para a educação. É uma “multiplicidade de espaços de aprendizagem começa a ter visibilidade e a se impor como socialmente relevante” (Burnham, 2000, p. 285).

Isto posto, tornam-se lugares de aprendizagem os espaços culturais e recreacionais, clubes, academias, local de trabalho, instituições públicas, parques ecológicos, casas de espetáculos, grupos musicais. Além desses, são explicitadas as redes locais que as pessoas constroem ao longo da vida, nos ambientes da escola, do lar, do terreiro de candomblé em *shopping center*. Pois, são lugares onde é possível encontrar vários conhecimentos e interpretações da realidade (Burnham, 2000).

Observa-se que a sociedade da aprendizagem estimula a identificação e compreensão dos diferentes espaços multirreferenciais de aprendizagem, existentes na nossa sociedade, bem como, elaborar métodos inovadores para a aquisição de conhecimentos.

Na concepção do Ensino Médio Integrado – onde o ensino é entendido em seu sentido amplo — o ambiente escolar, espaço formal de educação, é parte de uma totalidade. Borges (2017) explica que a prática educativa humaniza quando garante ao sujeito o acesso ao conjunto da totalidade da produção do homem. Então, depreende-se que o conhecimento está presente para além da escola.

Nesse sentido, os processos educativos também estão em espaço não formal e informal. Divide-se os campos de desenvolvimento da educação em três. São eles, a educação formal, educação não-formal e informal. Assim, Gohn (2006, p. 60) as define,

a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal é aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização – na família, no bairro, no clube, durante o convívio com os amigos etc. , carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não-formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via processos de compartilhamento de experiências, principalmente por intermédio de espaços e ações coletivas cotidianas.

De acordo com Gomes e Lima (2021), todas as práticas pedagógicas em espaços não-formais são educativas. Com efeito, os autores listam uma série de possibilidades de espaços diferentes da sala de aula que podem promover as

possibilidades de integração dos saberes curriculares. Confiamos que o arquivo é mais um desses espaços não-formais que proporcionam uma aprendizagem contextualizada, pela qual os estudantes atribuem sentido aos conhecimentos e aos conteúdos escolares.

Na literatura da Educação aponta que ainda não há um consenso entre os pesquisadores sobre o conceito de educação não formal. Por essa razão entende-se como necessário adicionar a concepção de Cerqueira e Gonzalez (2016, p. 382),

Educação não formal pode ser considerada um processo de ação educativa intencional, dialógica, emancipadora, criativa, porém realizada em espaços e tempos não convencionais, sem grandes estruturas sistemáticas, através de instituições não escolares.

No centro das discussões teóricas das ciências sociais aplicadas, a crise da modernidade⁴ possibilitou o surgimento e o reconhecimento do saber educativo, de novas práticas pedagógicas e processos educativos, antes invisibilizados, ganharam destaques como forma de aprendizagem. Assim, segundo Gohn (2009), foram determinadas as condições que viabilizaram a prática da educação não-formal.

A educação não-formal não visa substituir ou competir com o sistema de ensino escolar. Considera-se uma complementação da educação formal, mediante programações específicas, articulando escola e comunidade educativa localizada em espaço urbano ou rural. A educação não-formal ocorre fora da escola, por exemplo, em instituições, no movimento social, conselhos gestores, Organizações Não Governamentais (ONGs), museus, cinemas, galerias de artes e demais espaços onde poderá ocorrer processos interativos intencionais (Gohn, 2006).

Referente aos espaços não formais de educação, considerando a pesquisa de Jacobucci (2008), a definição é, são espaços não-escolar que possuem potencial para a prática de ações educativas. Sendo assim, na categoria Instituições, temos os Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, Parques Zoobotânicos, Jardins Botânicos, Planetários, Institutos de Pesquisa, Aquários, Zoológicos. Esses são espaços regulamentados e possuem equipe técnica responsável pelas atividades executadas. Na categoria Não-Instituições estão incluídos teatro, parque, casa, rua, praça, terreno, cinema, praia, caverna, rio, lagoa, campo de futebol. São os ambientes naturais ou urbanos que não dispõem de estruturação institucional, mas onde é possível adotar práticas educativas.

Ainda contribui na reflexão sobre a premissa em questão uma breve abordagem sobre algumas teorias contemporâneas da Educação. Essas teorias são compreendidas como “um conjunto sistematizado das percepções e das representações que as pessoas têm da organização da educação e que são utilizadas na evolução desta organização.” (Bertrand, Pinheiro & Nogueira 2001, p. 9).

Continuam Bertrand, Pinheiro & Nogueira (2001), as suas configurações dependem do autor e das correntes de pensamento. Exemplificando, há o enfoque na descrição dos fundamentos filosóficos da teoria desenvolvida, na qual, observa-se maior atenção nas estratégias pedagógicas pertinentes para transformação da realidade social vivenciada. É salutar registrar que a teoria da educação fundamenta-se na representação da realidade educativa experimentada, ou na qual está inserido o seu formulador.

Concernente à classificação, são sete categorias: espiritualista, personalista, psicocognitiva, tecnológica, sociocognitiva, social e acadêmica. Sendo estas classificadas em relação a quatro elementos polarizadores: a) o sujeito (o estudante); b) os conteúdos (matérias, disciplinas); c) a sociedade (os outros, o mundo, o meio, o Universo); d) as interações pedagógicas entre estes polos (o docente, as tecnologias de comunicação) (Bertrand, Pinheiro & Nogueira, 2001).

⁴Uma crise de paradigmas nos campos investigativos, inclusive nos campos relacionados à educação, surgindo novos conceitos e diferentes proposições para um mesmo estudo (Cerqueira & Gonzalez, 2016, p. 382).

Dito isso, destacamos as Teorias Sociocognitivas e as Sociais. Esta possui como tônica a tomada de consciência dos docentes para a importância das condições culturais e sociais da aprendizagem. Também são partes do processo de aprendizagem o meio ambiente, classes sociais, cultura regional e a popular (Bertrand, Pinheiro & Nogueira, 2001).

Além disso, no conjunto das teorias de aprendizagem, encontra-se Vygotsky. A sua teoria, a classificada como construtivista, nos apresenta a relação do desenvolvimento intelectual com a aprendizagem em meio social. Para o teórico o aprimoramento intelectual ocorre sob a tríade, aluno, professor e o meio. Destaca-se que o meio é compreendido como a cultura, a sociedade e as interações. Por último, o aperfeiçoamento do desenvolvimento cognitivo do ser humano depende da socialização, das relações sociais vivenciadas, do uso de instrumentos e signos produzidos culturalmente (Moreira, 1999).

Nesse paralelo, os arquivos públicos têm potencial de reproduzir e produzir saberes. Como espaço de difusão e ação cultural garante acesso a linguagens, tecnologias e conteúdos informacionais. É um espaço social que provoca e estimula novas percepções visuais e cognitivas ao seu público. Sabe-se que as instituições arquivísticas públicas brasileiras já realizam exposições, visitas técnicas, oficinas, lançamentos de livros, entre outras ações.

Encontram-se nas orientações dos PCNs a importância da produção do saber escolar de História. As visitas a espaços culturais, de memória e outros ambientes fora da sala de aula são recursos didáticos que inserem os alunos em situações de estudo. Estimula o interesse e participação.

A visita a um arquivo público oportuniza o ensino da pesquisa escolar em história. Isto é, o contato com fontes de informações diferentes e seus conjuntos de signos, linguagens, símbolos e formatos, seja esse uma fotografia, uma carta, um jornal, um inventário. Além disso, motiva os estudantes a realizarem problematizações, hipóteses, confrontação e associações de ideias, conclusões e observações próprias.

Dessa forma, pode ser utilizado para a prática e experiências educativa. Ser um lugar de produção de conhecimento escolar, pois o professor, tendo habilidades, compromisso político, e disposição teórica pedagógica (Pereira, 2008), poderá transformar os documentos em recursos didáticos. Ou, nas palavras de Xavier (2010), um mediador na aprendizagem da História. Mais, amplia o significado do papel social das instituições arquivísticas. Além disso, associa-se ao ensino-aprendizagem dos processos educativos das concepções pedagógicas inovadoras. Logo, os arquivos públicos deve ser reconhecidos como espaço não formal de Educação, pois existem elementos sociais, questões culturais e políticas que corroboram essa noção.

5. Considerações Finais

A relação entre educação e arquivo pode ser motivada por transformações de ordem cultural, social, política e econômica. Essas impõem desafios e possibilidades. Dessa forma, é uma aproximação benéfica para ambos.

Os arquivos não tiveram em seu passado, na base da sua origem, o caráter educativo, mas há um presente em potencial. Isso, porque é uma realidade das instituições arquivísticas do país a realização de exposições, palestras, oficinas pedagógicas, educação patrimonial, difusão do acervo em plataformas digitais e outras atividades. Além disso, terá um futuro de possibilidades, visto a crescente inserção dos recursos tecnológicos na execução dos seus serviços.

Nesse sentido, o estudo apresentado contribui para a construção de um diálogo mais integrativo entre a Arquivologia e a Educação. Ainda, impulsiona transformações para essas áreas do conhecimento.

As instituições arquivísticas estabelecem os alunos e professores como público principal das ações educativas, assim, se aproximando do currículo escolar e ofertando recursos referentes aos conteúdos programáticos das disciplinas. Do outro lado, as instituições de ensino reconhecem os arquivos públicos como espaço não formal de educação, realizando aulas no arquivo, visitas técnicas, participando de oficinas pedagógicas e exposições, por exemplo.

Por conseguinte, o reconhecimento da relevância do documento de arquivo para o ensino e aprendizagem está

consolidado na pedagogia atual. O uso para o ensino de história é um reconhecimento do campo teórico-metodológico e da política educacional do país.

Logo, a ação educativa em arquivos públicos é uma realidade. É uma atividade que tem também como base para a sua realização o campo teórico e prático da Arquivologia. Assim, destaca-se a sua relevância para a qualidade do ensino e aprendizagem em nível escolar de diversas disciplinas. Dessa forma, deve-se compreender o arquivo público como espaço não formal de educação e os documentos de arquivo como recursos didáticos.

Por fim, em trabalhos futuros, com o fito de demonstrar o potencial de uso educativo dos arquivos públicos, serão mapeadas as experiências brasileiras de ações educativas em instituições arquivísticas brasileiras com destaque para o Arquivo Nacional, O Arquivo Público do Estado de São Paulo, O Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul e o Arquivo Público de Alagoas.

Referências

- Bellotto, H. L. (2014) *O sentido dos arquivos*.
- Bellotto, H. L. (2004). O arquivista na sociedade contemporânea. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. (2a ed.) Editora FGV.
- Bertrand, Y., Pinheiro, E., & Nogueira, C. (2001). *Teorias contemporâneas da educação*.
- Bittencourt, C. M. F. (2018). *Ensino de História: fundamentos e métodos*. Cortez editora.
- Borges, L. F. P. (2017). Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação Em Questão*, 55(45), 101-126.
- Brasil (1991). Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília. Senado Federal.
- Brasil (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Senado Federal.
- Brasil (1998). Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história / Secretaria de Educação Fundamental. MEC / SEF.
- Brasil (2011). Arquivo Nacional. Gestão de documentos: curso de capacitação para os integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da administração pública federal. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Burnham, T.F. (2000). Sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade da aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. *Informação e informática*. Salvador: EDUFBA, 283-307.
- Caimi, F. E. (2008). Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar. *Anos*, 90, 129-150.
- Cerqueira, D. D., & Gonzalez, W. R. C. (2016). Trajetórias e reflexões sobre educação não formal. *Práxis Educacional*, 12(23), 377-404.
- Charlot, B. (2016). Educação e Globalização: uma tentativa de colocar ordem no debate. *Sísifo*, (4), 129-136.
- Galvão, M. C. B. (2010). O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. *Fundamentos de epidemiologia*. (2a ed.), A, 398, 1-377.
- Gohn, M. D. G. (2006). Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, 14, 27-38.
- Gohn, M. G. (2009). Educação não-formal e o papel do educador (a) social. *Revista Meta: Avaliação*, 1(1), 28-43.
- Gomes, J. M., & de Lima, A. S. T. (2021). Os espaços não-formais de ensino e a prática pedagógica no Ensino Médio Integrado. *Humanidades & Inovação*, 8(53), 365-379.
- Guillén, M. A. A. (2008). Archivos y sociedad. *Revista General de Información y Documentación*, 17(2), 123-128.
- Jacobucci, D. F. C. (2008). Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. *Revista em extensão*, 7(1).
- López, C. T. (2010). Los archivos y sus nuevas funciones. *Revista general de marina*, 258(2), 253-266.
- Ludke, M., & André, M. (1986). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. *Em Aberto*, 5(31).
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (1990). *Técnicas de pesquisa*. Atlas.
- Marinho Júnior, I. B., & Silva, J. G. (1998). *Arquivos e informação: uma parceria promissora*.
- Medina, A. F. (2016). El archivo y la escuela. Propuestas didácticas. *Boletín de la ANABAD*, 66(2), 99-152.
- Moreira, M. A. (1999). *Teorias de aprendizagem* (Vol. 2). São Paulo: Editora pedagógica e universitária.

- Moura, D. H. (2013). Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? *Educação e Pesquisa*, 39(3), 705-720.
- Patrício, S. (2016). *Os serviços educativos e os arquivos*.
- Pereira Neto, A. D. F. (2001). O uso de documentos escritos no ensino de história: premissas e bases para uma didática construtivista. *História & Ensino*, 7, 143-165.
- Pereira, N. M. (2008). O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. *Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História*. 15(28), 113-118.
- Reis, M., & Corazza, S. M. (2021). O pensamento da filosofia da diferença que sonha signos do arquivo da Educação. *Educação (UFES)*, 46(1), 19-1.
- Rousseau, J. Y., & Couture, C. (2004). *Os fundamentos da disciplina arquivística*.
- Saviani, D. (1994). *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. Vozes, 147-164.
- Saviani, D. (2007). Trabajo y educación: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*, 12(34), 152-165.
- Schellenberg, T. R. (2002). *Arquivos modernos*. FGV Editora.
- Silva, W. M. (2019). Contribuições e limitações de revisões narrativas e revisões sistemáticas na área de negócios. *Revista de Administração Contemporânea*, 23, 1-11.
- Vidal, D. G., & Paulilo, A. L. (2020). Arquivos e Educação: Prática de arquivamento e memória. *Revista de Educação Pública*, 29.
- Xavier, É.S. (2010). O uso das fontes históricas como ferramentas na produção de conhecimento histórico: a canção como mediador. *Antíteses*, 3(6), 1097-1112.